

## Comissão sabatina e acata nomes para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem a indicação dos diplomatas Arthur Vivacqua, José Roberto de Almeida Pinto e Renato Rodrigues para as embaixadas na Guiana, em Honduras e na Moldávia.

Página 5

## Sete medidas provisórias trancam pauta do Senado

A pauta do Plenário está trancada por sete medidas provisórias – das quais seis transformadas em projetos de conversão – e por dois projetos de lei que tramitam em regime de urgência. Na falta de acordo para votação, as MPs e os projetos foram incluídos na ordem do dia de terça-feira.

Página 4

## Paim quer evitar redução de bolsas no ensino superior

Em dois anos, 100 mil alunos carentes podem ficar sem bolsas de estudos em instituições de ensino superior. A advertência é do senador Paulo Paim ao analisar as mudanças feitas pela Câmara na medida provisória que instituiu o ProUni.

Página 8

# Parcerias estão prontas para exame do Plenário

Negociações entre governo e oposição, na CCJ, completam mudanças que começaram a ser discutidas oito meses atrás, quando projeto chegou ao Senado



ENTENDIMENTOS Mercadante, Demostenes e Lobão ouvem Tourinho (D), relator das parcerias na Comissão de Justiça

O Plenário deve votar na próxima semana o projeto que institui as parcerias público-privadas. Ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo apresentado pelo senador Rodolpho Tourinho. As mudanças fecham um conjunto de alterações que vêm sendo discutidas desde que a proposta chegou ao Senado, oito meses atrás. Um dos articuladores dessas mudanças, o senador Tasso Jereissati disse que o objetivo foi resguardar o interesse público.

Página 3

## Congresso aprova 21 créditos para órgãos públicos



REFORÇO Senadores e deputados analisam as mensagens que abrem créditos a diversos órgãos dos três Poderes

O Congresso Nacional aprovou, na sessão de ontem, 21 créditos suplementares e especiais. Votados anteriormente pela Comissão Mista de Orçamento, esses créditos reforçam as dotações orçamentárias de diversos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Na presidência da sessão, o deputado Inocêncio Oliveira anunciou a criação de comissão temporária mista que dará continuidade às medidas sugeridas no relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual. A nova comissão funcionará até 15 de dezembro de 2005.

Página 4



**GRATIDÃO** Data é o reconhecimento do relevante trabalho prestado por esses profissionais, diz João Ribeiro

## João Ribeiro propõe dia do fonoaudiólogo

O senador João Ribeiro (PFL-TO) comunicou ao Plenário que estava encaminhando ontem, 9 de dezembro, dia em que os fonoaudiólogos comemoram a sanção da lei que regulamentou a profissão, projeto de sua autoria com a finalidade de instituir a data como o Dia Nacional do Fonoaudiólogo.

– É uma forma de reconhecimento pelo importante trabalho que prestam à população brasileira esses notáveis profissionais da saúde, que cumprem papel relevante perante a sociedade na orientação de tratamentos preventivos e corretivos dos problemas da fala e audição – disse ele.

João Ribeiro lembrou que a primeira autorização para o funcionamento oficial de um curso de Fonoaudiologia foi obtida pela Universidade de São Paulo no ano de 1977. A profissão cresceu com a ampliação do mercado de trabalho e, a partir de uma maior conscientização, os conselhos federal e regionais da categoria revisaram toda a legislação a que estão submetidos e geraram, em 1995, um novo código de ética, observou o parlamentar tocantinense.

# Aelton anuncia escolha de cidades amigas dos idosos

Programa selecionará municípios que realizam ações em favor da terceira idade, informa o senador

O senador Aelton Freitas (PL-MG) anunciou ontem em Plenário que médicos da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia começaram este mês a avaliar os municípios participantes do programa Cidade Amiga da Terceira Idade. A iniciativa tem como objetivo o desenvolvimento de ações efetivas em favor dos idosos.

O programa foi criado por



**EXEMPLO** De acordo com Aelton, Minas reúne condições para ser referência no atendimento a idosos

meio de convênio entre o Senado e o Serviço Social do Comércio (Sesc). Aelton, relator da Subcomissão do Idoso,

informou que, por “determinação cordial” do presidente da subcomissão, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), os 28 municípios participantes em Minas Gerais serão os primeiros avaliados.

– O estado tem tudo para ser referência no tratamento de idosos – afirmou.

O parlamentar elogiou a proposta do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) para realização de audiências visando promover iniciativas legislativas para valorizar a terceira idade. Aelton também enalteceu a aprovação do Estatuto do Idoso, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS).



**CRESCIMENTO** Para João Alberto, “infra-estrutura em boas condições sustenta o desenvolvimento”

## João Alberto volta a pedir reparo da BR-316

Ao levar em consideração os prejuízos causados pela falta de conservação das estradas, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) pediu que o Ministério dos Transportes atue na recuperação das rodovias. Na avaliação do senador, esses prejuízos atingem tanto os carros que trafegam quanto as empresas e indústrias que transportam produtos.

– A infra-estrutura econômica em boas condições é o que impulsiona e sustenta o desenvolvimento do país – afirmou.

O senador fez um apelo, em especial, para a manutenção da BR-316, que vai do Pará ao Maranhão.

João Alberto comentou que, de acordo com a Associação dos Criadores do Maranhão, a auto-estrada será interditada no próximo período de chuva.

## Agenda

### Sessão não deliberativa no Plenário

O Plenário realiza hoje, a partir das 9h, sessão não deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos. Na próxima semana, os parlamentares retomam a análise das medidas provisórias e projetos de conversão

que trancam a pauta de votações da Casa. Entre elas, a que instaura o programa Universidade para Todos (ProUni), destinando vagas para alunos carentes em instituições privadas de ensino superior.



### Rádio apresenta especial sobre índios

A Rádio Senado apresenta hoje, às 13h45, a primeira parte do especial *Índios – povos ressurgidos: diversidade e resistência*. Dividido em três programas, o especial traz uma visão dos índios do Acre, Amazonas e Rondônia. Eles participaram do *Quarto Encontro dos Povos Indígenas do Acre*, na cidade de Cruzeiro do Sul. A segunda e terceira partes irão ao ar amanhã e domingo, às 12h.

### Duo de piano e voz na TV

Amanhã, às 21h30, vai ao ar pela TV Senado o programa *Espaço Cultural*, que traz um duo de piano e voz com a cantora Ana Luiza e o pianista Luís Felipe Gama.

### Parlatino em exposição

Em cartaz na Senado Galeria mostra em homenagem aos 40 anos do Parlamento Latino-Americano (Parlatino). A exposição apresenta o artesanato dos principais países que compõem o Parlatino.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Senado lança livro de Direito Constitucional

Numa cerimônia conduzida pelo diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, foi lançado ontem, na Biblioteca Luiz Viana Filho, o livro *Curso de Direito Constitucional*, de autoria de Henrique Savonitti Miranda. O autor define a obra como uma análise profunda do Direito Constitucional brasileiro e dos problemas que envolvem sua aplicação. O prefácio é do ministro Carlos Mário Velloso, do Supremo Tribunal Federal.

Em seu discurso, Agaciel Maia observou que o livro tem tudo a ver com o dia-a-dia do funcionamento do Senado e, por ser a idéia tão boa, não hesitou em estimular sua publicação pela Subsecretaria de Edições Técnicas da Casa.

– É uma honra para o Senado editar obra tão densa e atualizada – disse o diretor-geral.



**CRÍTICA** Para Demostenes, Lula não tem capacidade gerencial para evitar o colapso na infra-estrutura

## Demostenes: governo usará projeto para ficar no poder

O governo só espera obter os resultados do projeto das parcerias público-privadas (PPPs) na infra-estrutura para tentar ficar mais quatro anos no poder, afirmou ontem o senador Demostenes Torres (PFL-GO), ao comentar o *Anuário Exame 2004/2005*, da Editora Abril, cujo primeiro exemplar foi doado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e onde são reunidas as mais completas informações sobre infra-estrutura.

– Acredito que o instrumento legal da PPP pode ser sadio no momento em que o Brasil está à beira de um colapso de infra-estrutura e apresenta o menor índice de investimento desde o milagre econômico da década de 70. Tenho, por outro lado, razões sobejas para não confiar na capacidade gerencial deste governo para envergar iniciativa desta monta – afirmou.

Segundo o senador, em mais de 1.500 dados sobre infra-estrutura, o anuário mostra um país de bases comprometidas. Dos 16 segmentos pesquisados, nenhum vai bem, nove estão mal, como geração de energia, portos e rodovias, e sete requerem cuidados, ou seja, estão em condições razoáveis, como a telefonia, os aeroportos e a transmissão de energia, acrescentou.

O trabalho da Editora Abril, que segundo o senador contou com a colaboração dos maiores especialistas em economia e direito, registra que é preciso constituir um marco regulatório que assegure certeza jurídica aos contratos. Tarefa que Demostenes avaliou que o governo não tem competência para realizar, por já ter defendido alterações duvidosas na autonomia das agências reguladoras e nas regras contratuais das tarifas telefônicas.

# PPPs chegam ao Plenário e podem ser votadas na próxima semana

■ Substitutivo que regulamenta as parcerias foi aprovado por unanimidade na Comissão de Justiça

Aprovado ontem por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o substitutivo que institui e regulamenta as parcerias público-privadas (PPPs) deverá ser submetido ao Plenário na próxima semana. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que, apesar de não ter sido votado requerimento de urgência, o entendimento entre as lideranças é para que o projeto de lei da Câmara (PLC 10/04) entre na

pauta assim que forem votadas as medidas provisórias.

Como foi um substitutivo construído nas comissões por onde tramitou, a de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a de Assuntos Econômicos (CAE) e a CCJ, o texto deve ser mantido no Plenário, segundo Mercadante. Ele ressaltou que o projeto que sairá do Senado expressa um consenso entre governo e oposição, com o objetivo de dar segurança política e institucional para contratos que poderão vigorar por até 35 anos. “Não se trata de um projeto de governo, mas de uma política de Estado”, reforçou, acrescentando que já está conversando com lideranças da Câmara para manter o texto construído no Senado.

O último ponto pendente para viabilizar a votação do relatório do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) na CCJ foi solucionado por um acordo entre a liderança do governo e os senadores Marco Maciel (PFL-PE), autor do pleito, Demostenes Torres (PFL-GO), que apresentou a nova emenda em nome de Maciel, e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que subscreveu a emenda original. Com isso, foi possível resolver a questão levantada por Maciel sobre o julgamento de divergências nas parcerias.

### Arbitragem

O projeto das PPPs observará a chamada Lei da Arbitragem (Lei 9.307/96), que será realizada no Brasil e com a sentença publicada em língua portu-

guesa. Maciel conseguiu apoio de Mercadante para eliminar a exigência de árbitros brasileiros na solução de conflitos decorrentes de divergências contratuais entre os parceiros.

O líder do governo também apoiou a iniciativa de Antonio Carlos. Ele explicou que a legislação inglesa para as PPPs prevê que a autoridade para dirimir conflitos entre as partes é a Corte de Londres, o local é a capital da Inglaterra e a língua é o inglês. Mercadante não abriu mão da menção expressa à lei, como chegou a sugerir o próprio presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA).

– O projeto está ancorado em leis que estão em vigor para dar segurança jurídica aos contratos – sublinhou Mercadante.



**ESFORÇO** Antonio Carlos Magalhães, Edison Lobão, Tasso Jereissati e Heráclito Fortes apóiam acordo que permitiu votação do projeto das PPPs na CCJ

## Para os senadores, texto foi aperfeiçoado nas comissões

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), um dos principais negociadores do projeto das parcerias público-privadas nas comissões do Senado, advertiu que a implantação dessa modalidade de contrato é lenta e que os resultados só aparecem a médio prazo. Ele reafirmou, após a votação do relatório do senador Rodolpho Tourinho na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que as PPPs funcionam como ferramenta complementar, mas não são a solução para um país que possui uma necessidade anual de investimento em infra-estrutura de R\$ 40 bilhões.

Mas ele se mostrou satisfeito, durante as discussões finais na CCJ, com o resultado do parecer aprovado na comissão.

– Conseguimos fazer a blindagem necessária para garantir a participação do capital privado e resguardar o interesse público – comemorou.

O senador Demostenes Torres também criticou o texto original.

– O projeto era péssimo. O Banco Mundial já estimou que a cada R\$ 10 investidos no Brasil, R\$ 4 a R\$ 5 escorrem pelo ralo da corrupção – ressaltou

Demostenes.

### Avanços

A avaliação de que o texto ficou melhor nos oito meses em que tramitou nas comissões do Senado foi geral. Os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) preferiram deixar os seus comentários para o Plenário, embora tenham apoiado o substitutivo apresentado por Tourinho. Ainda se manifestaram os senadores Luiz Otávio (PMDB-PA), Ney Suassuna (PMDB-PB) e José Agripino (PFL-RN). O relator da matéria na Comissão de Assuntos Eco-

nômicos (CAE), senador Valdir Raupp (PMDB-RO), cuja atuação, ao lado da de Tourinho, foi elogiada por vários senadores, também esteve presente à reunião da CCJ.

Mercadante apontou avanços obtidos com o substitutivo negociado no Senado. Para ele, o novo texto mudou a concepção inicial do projeto das PPPs. O líder destacou, entre outros pontos, a natureza privada do fundo garantidor e a limitação para a participação dos recursos públicos nas PPPs, que não podem ser superiores a 80% do valor do empreendimento.

# Congresso aprova 21 créditos orçamentários

■ O de maior valor (R\$ 4,485 bilhões) é destinado aos Ministérios do Trabalho e da Previdência

Seguem para sanção presidencial 21 créditos suplementares e especiais aprovados na sessão de ontem do Congresso. Os créditos já haviam sido aprovados pela Comissão Mista de Orçamento e objetivam reforçar o Orçamento da União deste ano. O de maior valor (R\$ 4,485 bilhões) destina-se aos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social.

O Congresso aprovou crédito especial, no valor de R\$ 835 mil, para o Ministério do Desenvolvimento Social. O da Saúde recebeu dois créditos: de R\$ 216,393 milhões e R\$ 199,450 milhões. A Presidência da República, dois créditos suplementares, de R\$ 2 milhões e de R\$ 30,701 milhões. Os Ministérios da Cultura, do Esporte e do Turismo receberam crédito comum de R\$ 21,121 milhões e o do Turismo, R\$ 300 mil.

O Ministério das Cidades receberá R\$ 825 milhões. Justiça e Defesa terão acesso a depósitos em comum, de R\$ 86,146 milhões e de R\$ 631,132 milhões. Agricultura e Desenvolvimento Agrário, dois créditos em conjunto, de R\$ 433,418 milhões e de R\$ 107,950 milhões.

Foram votados ainda: para o Ministério das Relações Exteriores, R\$ 9,2 milhões; Ciência e Tecnologia, R\$ 78,340 mi-



**DECISÃO** O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra, discursa na sessão conjunta das Casas em que créditos foram aprovados

lhões; Planejamento, R\$ 2,791 milhões; Educação, R\$ 70,237 milhões e R\$ 123.473 milhões; para órgãos do Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público da União, R\$ 570,354 milhões.

## Exploração sexual

Na presidência da sessão, o deputado Inocêncio Oliveira

(PFL-PE) anunciou a criação de comissão que dará continuidade às medidas sugeridas no relatório da CPMI da Exploração Sexual. A comissão funcionará até 15 de dezembro de 2005 e terá como representantes titulares do Senado Patrícia Saboya (PPS-CE), Fátima Cleide (PT-RO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

## Votações no Plenário ficam para terça-feira

Sete medidas provisórias – das quais seis foram alteradas e transformadas em projetos de lei de conversão – e dois projetos de lei que tramitam em regime de urgência seguem obstruindo a pauta de votações do Plenário. Os líderes da oposição, senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN) e Jefferson Péres (PDT-AM), anunciaram que entrariam em obstrução

o sexto item da pauta, o projeto de lei de conversão (PLV 213/04) que alterou a medida provisória (MP 59/04) que institui o Programa Uni-

versidade para Tolidados (ProUni), está em processo de negociação. Ideli disse que espera que as alterações feitas pela Câmara dos Deputados sejam revistas e mencionou o encontro ocorrido ontem à tarde entre o ministro da Educação, Tarso Genro, e o relator da matéria, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Os dois projetos em regime de urgência são o PLS 253/04 e o PLC 48/04. O primeiro projeto foi proposto pela comissão parlamentar mista de inquérito que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes. O texto altera o Código Penal para, entre outros objetivos, tornar imprescritíveis os crimes sexuais cometidos contra menores.

O segundo projeto autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

O senador Tião Viana (PT-AC), falando pelo governo, lembrou que está em funcionamento, no Congresso, uma comissão especial mista que analisa novo procedimento para a tramitação de medidas provisórias. Ele também manifestou esperança de que o Plenário destranque a pauta na terça-feira e fez menção à MP 214/04, sétimo item da

**Oposição prometia obstruir se governo insistisse em votar medidas provisórias ontem**

## Presidente do Sebrae pede apoio de Sarney para Lei da Pequena Empresa

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem Silvano Giani, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), acompanhado pelos deputados Carlos Melles (PFL-MG), Augusto Nardes (PP-RS), Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) e Renato Casagrande (PSB-ES), que vieram conversar sobre a proposta da Lei Geral da Pequena Empresa.

– O presidente Sarney é nosso patrono: foi ele o autor do projeto do Estatuto da Pequena Empresa, há mais de dez

anos. Foi ele também, como presidente da República, que sancionou a lei do Simples. Ele está na história da política pública para as pequenas empresas, recebeu de muito bom grado a proposta, e disse que a apoiará integralmente – explicou Giani.

A reivindicação do Sebrae é aprovar lei complementar, prevista pela Emenda Constitucional 42, para dar mais apoio aos pequenos negócios. A tramitação seria feita aproveitando projeto do governo que trata das pré-empresas, com

a apresentação de emendas que alcançariam também as pequenas empresas, visando facilitar a sua operação e garantir sua entrada no mercado formal.

## Missa

Sarney participou na manhã de ontem da missa de confraternização de Natal e encerramento do ano, celebrada pelo arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz, no Salão Negro do



**PROJETO** O presidente do Sebrae, Silvano Giani (E), conversa com Sarney, em companhia dos deputados Renato Casagrande, Augusto Nardes e Carlos Melles

Congresso. O senador gravou uma mensagem de Natal para a TV Senado.

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, compareceu

à celebração, que contou com a presença de parlamentares e funcionários das duas Casas. O Coral do Senado apresentou-se durante a missa.

J. Freitas



**CRONOGRAMA** Na reunião que definiu passos da CPI, conversam o deputado Rodrigo Maia e os senadores Antero de Barros, Luiz Otávio e Antonio Carlos

## CPI do Banestado terá relatório na terça-feira

O relatório final da Comissão Parlamentar do Banestado Mista (CPMI) será lido na terça-feira pelo relator da comissão, deputado José Mentor (PT-SP), e votado até o fim da próxima semana. O novo cronograma foi apresentado ontem pelo presidente da CPMI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), ao término de reunião em que deveria ter sido apresentado o relatório.

– Acredito que, reduzindo de cinco para três dias o prazo de vistas do relatório, poderemos concluir a votação até o fim da semana que vem – assinalou Antero.

O presidente se comprometeu a encaminhar a todos os integrantes da CPMI o relatório final, assim que for concluída a sua impressão. Dessa forma, ressaltou, os deputados e sena-

dores poderiam estudar o documento antes mesmo de sua apresentação oficial, abrindo caminho para a concessão de um prazo de vistas menor que o habitualmente utilizado.

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), afirmou que Mentor estava há 48 horas trabalhando em seu relatório. Conforme a senadora, o relator demonstra preocupação em concluir a votação até o dia 15. Antero, por sua vez, ponderou que as atividades do Senado deverão ser estendidas no mínimo até o dia 22.

O processo de votação, contudo, poderá atrasar. Em nome do PFL, o senador Heráclito Fortes (PI) disse que não poderia assumir nenhum compromisso para o encurtamento de prazos regimentais sem antes ter em mãos o relatório.

## Comissão da Terra deve prosseguir atividades

Ao reivindicar a continuação dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, o líder do PFL, José Agripino (RN), pediu esclarecimentos à Mesa sobre os boatos de que algumas assinaturas estariam sendo retiradas do pedido de reinstalação da CPMI.

– A publicação da decisão ainda não foi entregue ao meu gabinete, por isso estou preocupado com possíveis manobras do governo – disse.

Presidindo os trabalhos, o 2º vice-presidente, senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), afirmou que o pedido de reinstalação da CPMI da Terra, com o número regimental de assinaturas, foi lido ontem e enviado à Gráfica do Senado para publicação.

Eduardo alertou, porém, para o fato de que até a meia-noite de ontem seria regimental-

mente possível haver retirada de assinaturas, o que poderia inviabilizar a continuação dos trabalhos da CPMI até 15 de junho de 2005.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), pediu questão de ordem para observar que seu partido também estava preocupado com a possibilidade de retirada de assinaturas por indução do governo. Para ele, a CPMI está fazendo um bom trabalho na investigação das causas da violência no campo e do destino do dinheiro público nos projetos da terra, tendo advertido para as ameaças que estão pesando sobre o agronegócio.

Eduardo Suplicy (PT-SP) negou que o governo estivesse tentando inviabilizar os trabalhos da CPMI. Ele considerou ideal o prazo de mais seis meses de funcionamento.

# Relações Exteriores aprova indicados para embaixadas

■ Nomes dos representantes em Honduras, Guiana e Moldávia serão levados ao Plenário

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), reunida ontem sob a presidência do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), aprovou os pareceres favoráveis aos três nomes escolhidos pela Presidência da República para cargos de embaixadores do Brasil no exterior. As indicações dependem agora de votação no Plenário.

O ministro Arthur Vivacqua Correa Meyer, da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, foi indicado para assumir o cargo de embaixador na República da Guiana.

Os diplomatas José Roberto de Almeida Pinto e Renato Luiz Rodrigues Marques devem ocupar, respectivamente, os cargos de embaixadores em Honduras e na Moldávia.

O senador Cristovam Buarque (PT-DF), que examinou o nome de Arthur Vivacqua, disse acreditar que haja grande interesse e necessidade de aproximação entre o Brasil e a Guiana. Para o senador, a conclusão da obra da ponte sobre o Rio Tacutu, que liga a Guiana a Roraima, vai fortalecer as relações entre os dois países. Vivacqua, por sua vez, afirmou que a Guiana vem exibindo desempenho econômico favorável e baixa inflação, e também manifestou sua confiança de que o Brasil será um parceiro de peso com aquele país.

José Roberto de Almeida Pinto, cuja indicação recebeu

parecer favorável do senador João Batista Motta (PMDB-ES), disse que, hoje, os serviços e indústrias de Honduras são mais expressivos que o setor da agricultura. Como o país importa mais do que exporta, existe déficit em sua balança comercial, informou ele, acrescentando a opinião de que a relação entre Brasil e Honduras é limitada. “Mas contatos iniciados nesses últimos anos podem aproximá-los”, previu o diplomata.

Selecionado para a embaixada do Brasil junto à República da Moldávia, Renato Luiz Rodrigues Marques considera que Brasil e aquele país têm relações incipientes, mas com grande potencial para ser intensificada. O relator foi o senador João Capiberibe (PSB-AP). Renato Marques vai acumular o novo cargo com o de embaixador junto à Ucrânia.



**SABATINA** Eduardo Suplicy (C) preside reunião em que foram ouvidos José Roberto Pinto e Arthur Vivacqua Meyer

## Maciel registra posse na Comissão Européia

O senador Marco Maciel (PFL-PE) registrou ontem a posse de José Manuel Durão Barroso, ex-primeiro-ministro de Portugal, no cargo de presidente da Comissão Européia, órgão executivo da União Européia (UE). O senador explicou que Durão Barroso deixou o cargo de primeiro-ministro quando foi indicado para presidir a entidade que coordena as atividades da organização responsável pela reunificação do chamado Velho Mundo.

– O Velho Mundo transforma-se na Nova Europa, ainda berço da civilização ocidental, com suas metrópoles milenares e povos vitimados por



**SIGNIFICADO** Para Maciel (foto), posse de Durão Barroso reveste-se da maior importância

conflitos políticos, étnicos e religiosos, conquanto amantes do desenvolvimento e da paz. Durão Barroso assume o cargo nos albores do século

21, no instante em que estão sendo escritos os capítulos da nova história e desenhados os mapas da geografia política e econômica do milênio, com novos e grandes perigos, mas com novas e imensas esperanças – afirmou o representante de Pernambuco.

Segundo Maciel, a posse de Durão Barroso reveste-se de maior significado porque ocorre após a aprovação do texto da Constituição da União Européia. O senador ressaltou a necessidade de observação dos passos evolutivos da União Européia em face do processo de integração na América do Sul.

J. Freitas



**ARGUMENTO** "Nós falamos em favor da arma na mão do homem honesto", diz Juvêncio da Fonseca

## Juvêncio sugere campanha contra o desarmamento

Ao lembrar que em outubro do próximo ano haverá um referendo para que a população responda se deseja ou não entregar para o governo suas armas de fogo, o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) sugeriu a realização de uma campanha de esclarecimento protagonizada pelos que discordam do desarmamento. Ele apontou que os defensores da retirada das armas, como o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, já vêm trabalhando pelo seu ponto de vista há muito tempo.

– Esse chamamento da campanha contra o desarmamento é importante. Temos que fazer como o ministro. Ele defende o desarmamento e nós falamos em favor da arma na mão do homem honesto. É necessário que a população saiba que o porte de armas hoje é disciplinado por uma lei rígida e é concedido apenas pela Polícia Federal. Não é qualquer pessoa que pode ter uma arma – afirmou Juvêncio da Fonseca.

Em aparte, Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que não são verdadeiras as estatísticas atestando significativa redução nos índices de criminalidade. Já Ramez Tebet (PMDB-MS) sugeriu que o assunto segurança pública seja priorizado pela União, estados, municípios e pela própria sociedade.



**RECONHECIMENTO** Para Ana Júlia, é positivo fato de o governo não haver recorrido da sentença

# Cobra atua sem licitação, admite seu presidente

■ Subsidiária do Banco do Brasil, empresa deve seguir procedimentos licitatórios ao prestar serviços de informática

O presidente da Cobra Tecnologia, Leandro Vergara Raimundi, informou ontem, à Comissão de Educação (CE), que a empresa assinou um contrato no valor de R\$ 134 milhões com o Banco da Amazônia (Basa) sem licitação pública. Ele acrescentou que o contrato envolve até gerenciamento de equipes e que antes os serviços eram feitos pelos próprios funcionários da instituição creditícia. A Cobra é uma empresa subsidiária do Banco do Brasil e atua na prestação de serviços, aquisição e venda de materiais de informática para órgãos públicos.

– É um verdadeiro absurdo a assinatura desse contrato sem qualquer tipo de licitação – protestou o senador José Jorge (PFL-PE), ao admitir, entretanto, que a Cobra pode prestar



**DEPOIMENTO** Leandro Vergara Raimundi (D) falou em audiência pública aos senadores da Comissão de Educação, presidida por Osmar Dias

serviços ao Banco do Brasil sem licitação, já que é subsidiária da instituição. Mas considera que para os demais segmentos há a necessidade da realização de procedimentos licitatórios legais. Do contrário, observou, pode haver privilégios para algumas empresas privadas, principalmente quando a Cobra serve de intermediária nas operações ou subloca serviços para terceiros, o que também considera "temeroso".

José Jorge, autor do requerimento para a realização da audiência, observou que o depoimento do presidente da

empresa demonstrou que a imprensa tem razão quando afirma que a Cobra presta serviços e vende produtos para órgãos públicos sem licitação. O senador alertou ainda que o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) está preocupado com a forma como a empresa faz os contratos e subloca serviços para terceiros. José Jorge informou que o TCU não auditou a empresa, conforme informações colhidas junto à instituição. O presidente da Cobra havia dito que o tribunal havia auditado a empresa em agosto último.

## Delcídio quer "rota segura" para a aviação civil

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) fez uma análise das atividades e dos problemas vividos pelo setor de aviação civil. Ele defendeu uma discussão criteriosa objetivando a criação de agência para regular o setor.

O trabalho do parlamentar é um mapeamento destinado a orientar o parecer que terá que apresentar como relator do Projeto de Lei 62/04, que cria a Agência de Aviação Civil. Delcídio informou que pretende produzir um relatório que represente a síntese mais apurada dos interesses da sociedade, sem interferências capazes de desviar de sua "rota segura" a indústria do transporte aéreo



**RELATOR** Delcídio Amaral deverá apresentar parecer ao projeto que cria a agência reguladora do setor

brasileiro.

Números como uma frota de aviões e helicópteros da ordem de 10 mil aeronaves surpreenderam o senador, que estava

acostumado a pensar nas 200 que compõem o transporte aéreo regular comercial. Fazem parte também de um universo que ele qualificou de complexo 275 empresas de táxi aéreo, 280 de aplicações agrícolas e 50 de publicidade aérea. Os recursos humanos contam com 95 mil pilotos, 25 mil comissários e 2 mil mecânicos.

– É um mundo gigantesco que se esconde por trás das quatro grandes empresas aéreas com que mais lidamos. Um mundo que exige, do órgão regulador, ações as mais variadas – disse Delcídio em referência elogiosa ao Departamento de Aviação Civil (DAC).

## Almeida Lima critica mudança de status do presidente do BC

O senador Almeida Lima (PDT-SE) lamentou que o Senado tenha aprovado a medida provisória que dá status de ministro ao presidente do Banco Central, "mesmo depois de amplamente esclarecida a sua inconstitucionalidade".

O senador recordou que o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), havia dito que a contrariedade com a MP não se justificava, porque o objetivo não era impedir que Meirelles fosse eventualmente julgado, mas apenas mudar o foro, transferindo-o para o Supremo Tribunal Federal.

Almeida Lima lembrou que, de acordo com a Constituição, compete privativamente à Câmara autorizar, com aprovação de dois terços de seus membros, o julgamento do presidente da República e dos ministros de Estado. E manifestou sua convicção de que isso nunca ocorrerá.

– Quando, nesta legislatura, a Câmara dos Deputados, por dois terços, vai autorizar processar o atual presidente do Banco Central? Nunca.

Depois de lembrar que nem nas votações que exigem maioria simples a oposição obtém vitória, Almeida Lima afirmou: "O governo conseguiu, de fato, toda a blindagem que desejava em favor do presidente do Banco Central".



**PROTEÇÃO** "A Câmara nunca vai autorizar um processo contra Meirelles", afirma Almeida Lima

## Ana Júlia elogia Justiça por abrir arquivos da repressão a guerrilha

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) elogiou a Justiça por determinar a abertura de arquivos do governo relativos às operações de repressão à guerrilha do Araguaia. Para ela, é muito positivo que o governo não tenha recorrido da sentença.

De acordo com a parlamentar, a decisão da 6ª turma do

Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Brasília) é histórica, porque vai propiciar o esclarecimento de um período em que a ditadura militar agiu de maneira clandestina e ilegal. Citando o jornalista Elio Gaspari, a senadora classificou a repressão no Araguaia de nódoa que vitimou, além dos

69 cidadãos que optaram pela luta armada, as famílias de agricultores que os apoiaram ou simplesmente viviam na região do conflito.

Ana Júlia chamou a atenção para as queimas de corpos de guerrilheiros num lugar chamado Serra das Andorinhas e para o incêndio criminoso de

plantações dos que se recusavam a colaborar com as forças militares. Para a senadora, que viu de perto os acontecimentos no sul do Pará, a abertura dos arquivos também pode revelar as ações coordenadas entre os órgãos de repressão e grileiros de terras para a expulsão de lavradores da região.

# Simon propõe alternativa para evitar racha no PMDB

■ Caso o partido saia do governo, aqueles que ocupam cargos seriam afastados e não expulsos, sugere ele

Preocupado com a possibilidade de o PMDB sair desmoralizado ou esfacelado da convenção marcada para o próximo domingo, na qual deverá ser definida a permanência ou a saída do partido da base do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou uma proposta de entendimento para seus correligionários. Se a tese da saída do governo for vencedora, como é esperado, ele quer que os peemedebistas que continuarem ocupando cargos no governo sejam afastados do partido, ao invés de serem expulsos.

– Estamos nessa situação difícil. Domingo vamos nos reu-



Roosevelt Pinheiro

**APREENSÃO** Possibilidade de o PMDB sair esfacelado da convenção de domingo preocupa Simon

nir. Alguns estão articulando para que a reunião não tenha quórum. Seria a desmoralização total do PMDB e provavelmente a atual direção teria que se afastar. Os que querem dar quórum querem decidir pela expulsão da metade que quer continuar no governo. Seria o esfacelamento do partido – disse Simon.

Na avaliação do senador,

tanto o grupo que defende a permanência no governo quanto o que pretende que o PMDB siga uma linha de independência estão assumindo posições responsáveis. Até domingo, afirmou, os dois lados poderão dialogar em busca de um consenso.

Simon recebeu apoio de diversos senadores pelo PMDB, entre eles Ney Suassuna (PB), Hélio Costa (MG), Mão Santa (PI), Alberto Silva (PI), Valdir Raupp (RO), Garibaldi Alves Filho (RN) e Ramez Tebet (MS), que se comprometeu a trabalhar para que um acordo possa ser obtido até domingo.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu bom senso aos peemedebistas e Tasso Jereissati (PSDB-CE) elogiou a dedicação de Pedro Simon ao PMDB. Na opinião do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o PMDB é necessário ao governo, seja participando com cargos ou não.

## Bancadas federais do partido apóiam o governo, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que o resultado da reunião da Executiva do PMDB não está afetando as votações na Casa, porque as bancadas do partido continuam apoiando o governo.

– Aqui no Senado cumprimos integralmente nossa pauta, só faltou votar o projeto das PPPs (parcerias público-privadas). Todas as outras matérias de importância para o país tivemos a oportunidade de aprovar. O PMDB, por decisão das bancadas no Senado e na Câmara,

continuará apoiando o governo como um dos partidos da sua base, embora a sua direção nacional tenha divergido do sentimento do partido. Ela é que vai ficar isolada – afirmou.

Para o senador, a realização da convenção do PMDB em nada mudará essa situação.

– Acho que a convenção é inócua, porque as bancadas federais simplesmente não vão cumprir, até porque é uma convenção convocada de maneira ilegal, portanto as bancadas não se julgam obri-



Jone Araújo

**DESVIO** Para Sarney, convenção será inócua e posição da direção nacional diverge do sentimento do partido

gadas. Em todos os estados e aqui no Congresso também, o sentimento das bancadas, dos representantes do partido, é no sentido de apoiar o governo – ressaltou Sarney.

## Alberto Silva pede paciência e tolerância

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) fez um apelo aos seus companheiros de partido: não rachem o PMDB, mantenham o partido unido, aprendam a ser pacientes e a conviver com a divergência, disse o senador. Ele comentou o discurso do colega de partido, senador Pedro Simon.

– Ele, Simon, falava em MDB, recordando as raízes históricas do partido. Mas esqueceu-se de que,



Roosevelt Pinheiro

**TRADIÇÃO** Alberto Silva acredita que não haverá expulsões, pois "não é do estilo do PMDB"

nos anos 70, tínhamos lá no Piauí, como em outros estados, a Arena-2, uma dissidência, que ajudou a formar o antigo PP de Tancredo Neves

nos anos 80, e que deu origem ao PMDB – comentou Alberto Silva.

O senador também relembrou a bancada do Partido Popular no Senado, com 17 senadores, e que, com mais cinco do MDB, formou o PMDB que elegeu Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, durante o processo de redemocratização.

O parlamentar pelo Piauí frisou que vai haver uma convenção nacional do partido, mas que ninguém será expulso. Ele lembrou que "não é do estilo do PMDB" expulsar ninguém.

– Nunca fizemos isso, não é democrático – afirmou Alberto Silva.



Roosevelt Pinheiro

**AVALIAÇÃO** Bornhausen: "Nunca um governo errou tanto e gastou tanto em enganosa propaganda"

## Desempenho do governo Lula é "lamentável", diz Bornhausen

"Não há o que comemorar, apenas lamentar." Com essa afirmação, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) deu início ao que chamou de "objetiva e sincera visão da oposição sobre o desempenho do governo Lula em 2004". Bornhausen assinou que não foi difícil para o PFL exercer o papel de oposição, "mas foi constrangedor, pois nunca um governo errou tanto, corrompeu tanto e gastou tanto em enganosa propaganda, nem se expôs tão precocemente à condenação popular, nem foi mais arrogante diante dos alertas da oposição".

Ele listou o que considera uma série de erros do governo Lula, como o aumento do número de ministérios e dos tributos.

– Transformaram o contribuinte em burro de carga – afirmou, acrescentando que, às vésperas de completar seu segundo ano, o governo Lula "trilha a mesma mediocridade".

Educação, área social, saúde, segurança pública, reforma agrária, emprego, ética, ideologia, em todas essas áreas Bornhausen viu fracassos, afirmando que "a lista poderia ir mais longe, mas o que fica evidente é o abandono completo dos princípios éticos" pelo governo.

– Na política externa continuam as viagens desnecessárias, desastradas, com ilegalidades como o perdão da dívida de países africanos, como se o presidente pudesse agir discricionariamente, sem audiência do Senado – disse.

Bornhausen lamentou que o Brasil não tenha avançado na criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e no acordo com a União Européia.

Na área econômica, observou, os números são maximizados pelo governo, "vendendo uma prosperidade que não existe". Ele afirmou que o crescimento em 2004 não foi suficiente para sequer recuperar o milhão de novos desempregados.

## Ideli destaca crescimento da indústria brasileira

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou o crescimento industrial brasileiro, que acumula alta este ano de 8,3%. Os dados, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referem-se ao período de janeiro a outubro e refletem o melhor desempenho da indústria desde 1994, quando o crescimento no mesmo período ficou em 7,6%. Nos últimos 12 meses, o acumulado é de 7,4%.

A parlamentar acrescentou que, dos 27 ramos industriais abrangidos pela pesquisa, 26 apresentaram alta. A senadora assinalou ainda que os investimentos no setor apresentaram as maiores taxas desde a implantação do real.

Os dados, afirmou Ideli, indicam um crescimento sustentável da economia brasileira, apontado também pelos números sobre emprego, salário e



Roosevelt Pinheiro

**RECUPERAÇÃO** Segundo Ideli, os dados também apontam um crescimento sustentável da economia

nível de capacidade instalada, que também subiram.

A líder do PT destacou ainda informações da Fundação Getúlio Vargas (FGV) segundo as quais há um otimismo maior entre os industriais. Levantamento realizado entre as maiores empresas brasileiras constatou que 83% delas esperam aumentar seu faturamento em 2005. E quase a metade das empresas pesquisadas, 47%, afirmaram que pretendem contratar mais trabalhadores ano que vem.

Por fim, a senadora assinalou a queda na carga tributária brasileira, fato inédito nos últimos 12 anos.

# Paim quer evitar redução das bolsas do ProUni

**Mudanças feitas na Câmara podem prejudicar 100 mil carentes em dois anos, adverte senador**

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem nos Anais da Casa documento recebido do Ministério da Educação manifestando preocupação com as mudanças feitas na medida provisória (MP 213/04) que cria o Programa Universidade para Todos (ProUni), que destina bolsas de estudo para alunos carentes em instituições de ensino superior privadas.

Paim afirmou que as alterações da Câmara diminuem em cerca de 100 mil as bolsas destinadas às pessoas carentes nos próximos dois anos. Para ele, houve um equívoco por parte dos deputados, pois é inaceitável reduzir oportunidades universitárias a excluídos do sistema. Ele disse esperar que o Senado corrija as alterações.

Segundo o documento assinalado pelo senador, a Câmara diminuiu o número de vagas



**ALERTA** Paim também destacou dificuldades dos produtores de arroz do Rio Grande do Sul

para o programa de 11,11% para 7,69%, além de mudar a base de cálculo para definir o montante de alunos beneficiados.

Em aparte, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) informou que se reuniu no começo da tarde com o ministro da Educação, Tarso Genro, no gabinete do relator da matéria no Senado, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), e mencionou que a assessoria do relator manifestou as mesmas preocupações do ministro.

#### Produtores de arroz

Paim referiu-se ainda aos pro-

dutores de arroz do Rio Grande do Sul, que estão indignados com as dificuldades enfrentadas diante da concorrência de produtos oriundos do Uruguai e Argentina, sem barreiras tributárias e favorecidos pelo tratamento diferenciado assegurado pelo Mercosul. Antes da formalização do Mercosul, em 1991, o Uruguai e a Argentina tinham limitação de cotas para exportar para o Brasil, num total de 250 mil toneladas/ano, suficientes para complementar o abastecimento nacional, comentou. Hoje, o país conquistou auto-suficiência e os agricultores reivindicam que o governo reveja a carga tributária e estabeleça novas cotas para o produto estrangeiro.

– É quase um grito de alerta a reivindicação dos produtores e faço um apelo para que haja uma articulação nacional a fim de se buscar uma saída eficaz para esse importante setor.

Em apartes, os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Aelton Freitas (PL-MG) se solidarizaram com as preocupações de Paim e sugeriram mais estímulo aos produtores agrícolas.



**INCENTIVO** José Jorge defende estímulo à formação de professores de faculdades isoladas

## José Jorge cobra relatório do MEC sobre ensino superior

José Jorge (PFL-PE) cobrou ontem, do Ministério da Educação, relatório sobre as condições vigentes nas instituições de ensino superior em relação a duas exigências da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No próximo dia 23, lembrou o senador, vence o prazo de oito anos concedido às universidades para que, em seu corpo docente, haja um terço de professores em regime de tempo integral e um terço com cursos de pós-graduação.

– Estou aqui como sentinela da lei, por ter sido relator das leis mais importantes sobre educação que foram aprovadas no Congresso nesses últimos 15 anos. Quero cobrar, ainda, uma política de incentivo para que professores de faculdades isoladas e situadas no interior possam frequentar cursos de pós-graduação – assinalou.

José Jorge também destacou dados estatísticos mostrando um aprofundamento da desigualdade regional. A chamada interiorização da educação superior continua existindo apenas no discurso do governo, criticou.



**ATUAÇÃO** Ideli Salvatti (D) debate com parlamentares da Frente de Cinema cronograma de trabalhos para o ano que vem

## Tourinho promete parecer em uma semana

Relator do projeto de lei de conversão (PLV 59/04) relativo à medida provisória que institui o Programa Universidade para Todos (ProUni), o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) recebeu ontem o ministro da Educação, Tarso Genro, que lhe entregou o documento *Reforma da Educação Superior*, contendo todo o projeto do governo Luiz Inácio Lula da Silva para a universidade brasileira. Tarso salientou que o documento ajudaria o trabalho de Tourinho como relator, porque lhe daria uma visão de conjunto do que pretende



**DIÁLOGO** Tourinho (foto) ouviu ontem argumentos do ministro da Educação contra mudança em MP

o governo.

O senador disse que vai analisar a medida provisória e o texto ministerial e apresentará

seu relatório em condições de ser votado já na semana que vem.

O ProUni quer atender, com bolsas de estudo em universidades particulares, 118 mil estudantes que não têm condições de arcar com os custos de um curso superior, e envolverá 1.200 universidades privadas, que serão ressarcidas pelo governo por meio de incentivos fiscais. O ministro informou que o total da renúncia fiscal do governo com o ProUni será de R\$ 193 milhões no primeiro ano, e não R\$ 3 milhões, como se estimou no princípio.

## Frente parlamentar tenta garantir recursos ao cinema

Reunidos no início da manhã de ontem no gabinete da liderança do PT no Senado, os integrantes da Frente Parlamentar de Cinema, que é presidida pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), decidiram que será definida uma maneira de garantir recursos específicos para o cinema no Orçamento de 2005.

Além de Ideli Salvatti, estavam presentes o senador Ney

Suassuna (PMDB-PB) e seis deputados federais, entre eles, Carlipto Merss (PT-SC), que é relator da área de cultura na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Durante o encontro também ficou acertada a forma de atuação e o cronograma dos trabalhos da Frente Parlamentar de Cinema – que é composta por cerca de 100 deputados e senadores – para o ano que vem.

## Cristovam apresenta emenda para dar “choque social” na educação

Ao avaliar que a educação brasileira precisa de um “choque social”, Cristovam Buarque (PT-DF) apresentou emenda que adiciona R\$ 7,5 bilhões aos recursos destinados ao setor. Ele disse que essa verba pode ser obtida com a redução

de apenas 15% das despesas discricionárias do Orçamento da União para 2005 – que totalizam R\$ 50,4 bilhões.

O senador afirmou que, havendo interesse do governo, mais recursos poderão ser aplicados na educação.

– Uma pequena redução na despesa orçamentária possibilitaria o choque social que mudaria a realidade brasileira.

Como alternativa, o senador também apresentou emenda que estabelece a redução de 6% sobre os mesmos gastos

discricionários, a fim de que R\$ 3 bilhões possam ser usados para melhorar o salário dos 1,8 milhão de professores do ensino básico.

As emendas de Cristovam serão analisadas pela Comissão Mista de Orçamento.



**COMPROMISSO** Emenda de Cristovam adiciona R\$ 7,5 bilhões aos recursos destinados à educação

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Augusto Botelho, Papaléo Paes, Alberto Silva e Mão Santa